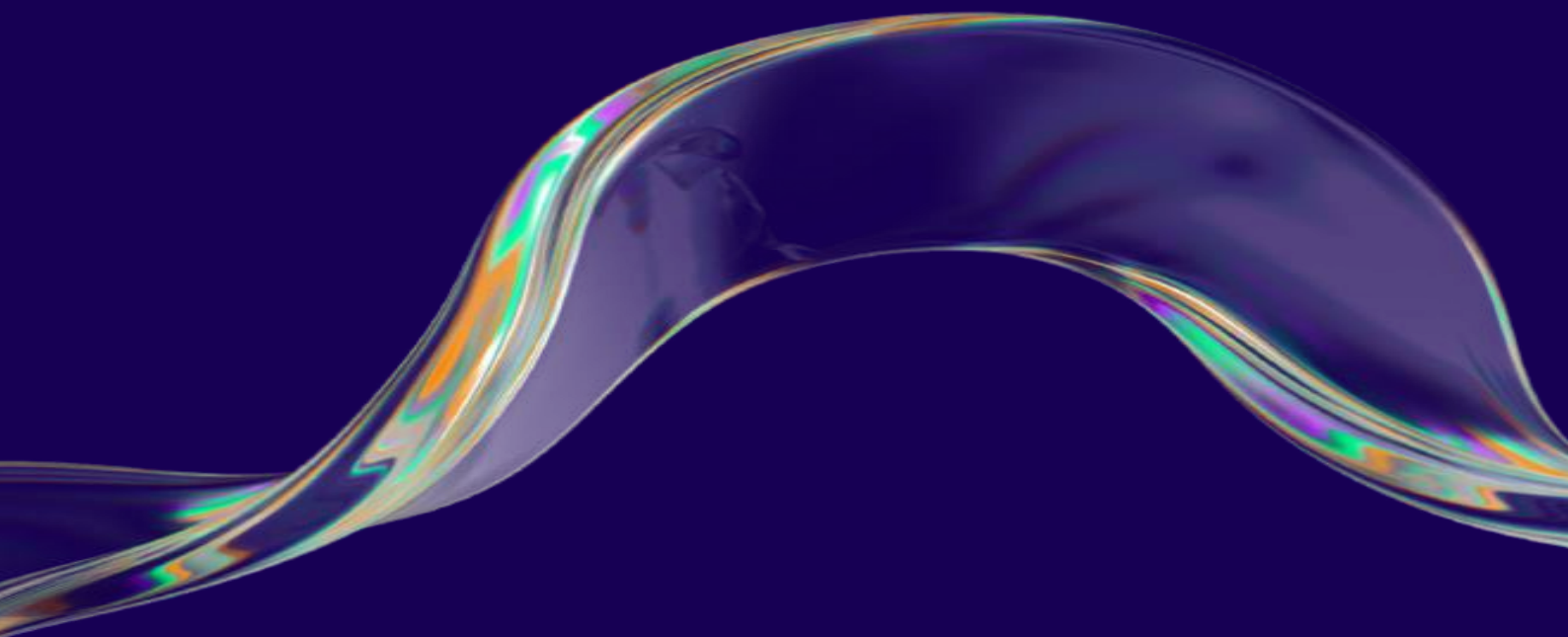


**Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.**



**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2023 e relatório dos auditores  
independentes**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Diretores e Quotistas  
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.



Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de abril de 2024

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça  
Contador CRC 1SP196994/O-2

## Índice

Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração dos fluxos de caixa .....	8
Balço patrimonial .....	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido .....	10

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais .....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	12
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB .....	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos .....	13
5	Receitas .....	13
6	Custos e despesas .....	14
7	Resultado financeiro líquido .....	15
8	Caixa e equivalentes de caixa .....	15
9	Imobilizado .....	16
10	Financiamentos .....	17
11	Partes relacionadas .....	18
12	Patrimônio líquido .....	19
13	Imposto de renda e contribuição social .....	20
14	Instrumentos financeiros e gestão de risco .....	20
15	Seguros .....	25

**Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita líquida	5	364	-
Custo com energia elétrica	6	(16)	-
Custo com operação	6	(275)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>73</b>	<b>-</b>
<b>Despesas operacionais</b>	6		
Gerais e administrativas		(230)	(205)
Outras receitas operacionais		-	-
		(230)	(205)
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(157)</b>	<b>(205)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial			
<b>Resultado financeiro líquido</b>	7		
Receitas financeiras		3.286	633
Despesas financeiras		(13.553)	-
		(10.267)	633
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(10.424)</b>	<b>428</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	13	-	(137)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(10.424)</b>	<b>291</b>

**Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

---

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.424)	291
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(10.424)</b>	<b>291</b>

**Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(10.424)</b>	<b>428</b>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	10 (c)	1.183	-
Apropriação dos custos de captações	10 (c)	16	-
Juros sobre mútuo - Partes Relacionadas	7	11.438	-
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos		3.447	-
		<u>5.660</u>	<u>428</u>
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(402)	-
Tributos a recuperar		(636)	(100)
Demais créditos e outros ativos		(1.555)	(474)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>			
Fornecedores		(8.089)	162
Tributos a recolher		2.004	(18)
Partes relacionadas		3.530	47
Demais obrigações e outros passivos		(254)	546
<b>Caixa proveniente das operações</b>		<u>258</u>	<u>591</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(45)	(18)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>213</u>	<u>573</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado		(202.623)	(16.338)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(202.623)	(16.338)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Liquidação de mútuo		(31.983)	-
Captação de mútuos		137.000	-
Captação de recursos	10 (c)	94.000	-
Adição dos custos com captação	10 (c)	(2.023)	-
Aumento de capital	1.2.2 (a)	45.001	26.100
Dividendos pagos		(46)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<u>241.949</u>	<u>26.100</u>
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>39.539</u>	<u>10.335</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>10.442</u>	<u>107</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u><b>49.981</b></u>	<u><b>10.442</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.**  
**Balço patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.981	10.442
Contas a receber de clientes		402	-
Tributos a recuperar		738	102
Outros ativos		464	520
		<u>51.585</u>	<u>11.064</u>
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	11	1.611	-
		<u>1.611</u>	<u>-</u>
<b>Imobilizado</b>			
	9	226.989	16.477
		<u>226.989</u>	<u>16.477</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>280.185</b></u>	<u><b>27.541</b></u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Financiamentos	10	3.010	-
Fornecedores		-	200
Tributos a recolher		377	104
Partes relacionadas	11	3.577	47
Dividendos a pagar		-	46
Outros passivos		292	546
		<u>7.256</u>	<u>943</u>
<b>Não circulante</b>			
Financiamentos	10	90.166	-
Tributos a recolher		1.686	-
Partes relacionadas	11	116.455	-
Obrigações com desmobilização de ativos		3.447	-
		<u>211.754</u>	<u>-</u>
<b>Total do passivo</b>		<u><b>219.010</b></u>	<u><b>943</b></u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	71.452	26.451
Reservas de lucros		-	147
Prejuízos acumulados		(10.277)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u><b>61.175</b></u>	<u><b>26.598</b></u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>280.185</b></u>	<u><b>27.541</b></u>

**Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva Legal	Retenção		
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>		<b>351</b>	-	-	<b>(98)</b>	<b>253</b>
Lucro líquido exercício		-	-	-	291	291
<b>Total resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>291</b>	<b>291</b>
Aumento de capital		26.100	-	-	-	26.100
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(98)	98	-
Constituição de reserva legal		-	10	-	(10)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(46)	(46)
Retenção de lucro		-	-	235	(235)	-
<b>Contribuições e distribuições aos acionistas</b>		<b>26.100</b>	<b>10</b>	<b>137</b>	<b>(193)</b>	<b>26.054</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>26.451</b>	<b>10</b>	<b>137</b>	<b>-</b>	<b>26.598</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.424)	(10.424)
<b>Total resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.424)</b>	<b>(10.424)</b>
Aumento de capital	1.2 (a)	45.001	-	-	-	45.001
Absorção de prejuízos acumulados		-	(10)	(137)	147	-
<b>Contribuições e distribuições aos acionistas</b>		<b>45.001</b>	<b>(10)</b>	<b>(137)</b>	<b>147</b>	<b>45.001</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>71.452</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.277)</b>	<b>61.175</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Considerações gerais

A Sol do Piauí Geração de Energia Ltda ("Sociedade"), é sociedade limitada, com sede na cidade de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, que foi constituída em 05 de novembro de 2019.

A Sociedade tem como objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de energia elétrica por fonte solar e comercializar a energia elétrica proveniente da usina e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

A Sociedade é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Sociedade entrou em operação em fase de teste em novembro de 2023 e em fase comercial em janeiro de 2024, com quatorze unidades geradoras com capacidade instalada de 48.118 kW, localizadas no município de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

#### 1.1.1 Principais eventos operacionais

##### (a) Entrada em operação comercial Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Em novembro de 2023 e janeiro de 2024, foi concluída a entrada em operação teste e comercial, respectivamente, das quatorze unidades geradoras com capacidade instalada de 48.118 kW, localizadas no município de Curral Novo do Piauí no estado do Piauí. Abaixo os despachos emitidos pela ANEEL:

Despacho ANEEL	Data	Unidade Geradora e capacidade instalada	Fase da Operação
4.158	31/10/2023	UG1 a UG14 – 48.118 kW	Teste
7	02/01/2024	UG1 a UG14 – 48.118 kW	Comercial

### 1.2 Principais eventos societários

#### (a) Aumento de capital

Em 01 de fevereiro, 11 de abril e 02 de maio, em 10ª, 11ª e 12ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, respectivamente, a controladora Auren aprovou aumentos de capital social, no montante total de R\$ 45.001, passando o capital social de R\$ 26.451 dividido em 26.451.000 quotas de valor nominal e unitário de R\$ 1,00 para R\$ 71.451 dividido em 71.451.000 quotas de valor nominal e unitário de R\$ 1,00, conforme movimentação descrita a seguir:

Mês	Transferência via caixa
Fevereiro	25.000
Abril	10.000
Maio	10.001
	<b>45.001</b>

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

### 2.1 Declaração de Conformidade

#### (a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### (b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 28 de março de 2024.

### 2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o Real (“R\$”).

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

#### (a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas em 2023

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade.

#### (b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Sociedade em 2023

A Sociedade analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;

- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

### (c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Sociedade

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Sociedade:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

## 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado Obrigações com desmobilização de ativos

## 5 Receitas

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Sociedade segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da

transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Sociedade (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

### Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Sociedade são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

As operações de venda de energia realizadas pela Sociedade são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

**Energia de curto prazo – CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	<b>2023</b>
<b>Receita bruta</b>	
<b>Venda de energia</b>	
Energia de curto prazo - CCEE	401
	<b>401</b>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>	
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	(37)
	<b>(37)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>364</b>

## 6 Custos e despesas

				<b>2023</b>	<b>2022</b>
	<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>Custo com operação</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(16)	-	-	(16)	-
<b>Materiais</b>	-	-	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	-
Materiais	-	-	(1)	(1)	-
<b>Serviços</b>	-	<b>(275)</b>	<b>(91)</b>	<b>(366)</b>	-
Serviços de terceiros	-	(275)	(84)	(359)	-
Serviços de manutenção	-	-	(7)	(7)	-
<b>Outros</b>	-	-	<b>(138)</b>	<b>(138)</b>	<b>(205)</b>
Aluguéis e arrendamentos	-	-	(19)	(19)	-
Seguros	-	-	(93)	(93)	-
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(8)	(8)	-
Outras despesas	-	-	(18)	(18)	(205)
	<b>(16)</b>	<b>(275)</b>	<b>(230)</b>	<b>(521)</b>	<b>(205)</b>

## 7 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.285	663
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(153)	(30)
Outras receitas financeiras	154	-
	<u>3.286</u>	<u>633</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 10 (c))	(1.183)	-
Apropriação dos custos de captações (Nota 10 (c))	(16)	-
Juros sobre mútuo - Partes Relacionadas (Nota 12)	(11.438)	-
Outras despesas financeiras	(916)	-
	<u>(13.553)</u>	<u>-</u>
	<u><b>(10.267)</b></u>	<u><b>633</b></u>

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2023	2022
<b>Caixa</b>		
Caixa e bancos	105	62
	<u>105</u>	<u>62</u>
<b>Equivalentes de caixa (i)</b>		
Quotas de fundos de investimentos (i)	49.876	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	-	10.380
	<u>49.876</u>	<u>10.380</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>49.981</b></u>	<u><b>10.442</b></u>

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração de 99,66% do CDI (100,00% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se às operações compromissadas e títulos públicos, do fundo exclusivo da Votorantim, Fundo Odessa.

### 8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas:

	2023	2022
AAA	49.981	10.442
	<u><b>49.981</b></u>	<u><b>10.442</b></u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

## 9 Imobilizado

### Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

### Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Sociedade para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

### (a) Composição e movimentação

	Obras em andamento (i)	2023	2022
Saldo no início do exercício			
Custo	16.477	16.477	139
Saldo líquido no início do exercício	16.477	16.477	139
Adições	210.512	210.512	16.338
Saldo no final do exercício	226.989	226.989	16.477
Custo	226.989	226.989	16.477
Saldo líquido no final do exercício	226.989	226.989	16.477

- (i) A alocação dos ativos da Sociedade nas respectivas classes está em andamento e será concluída até o término do segundo mês subsequente à data de entrada em operação comercial, citada na Nota 1.1.1 (a), conforme política contábil e alinhado ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 10 Financiamentos

### Política contábil

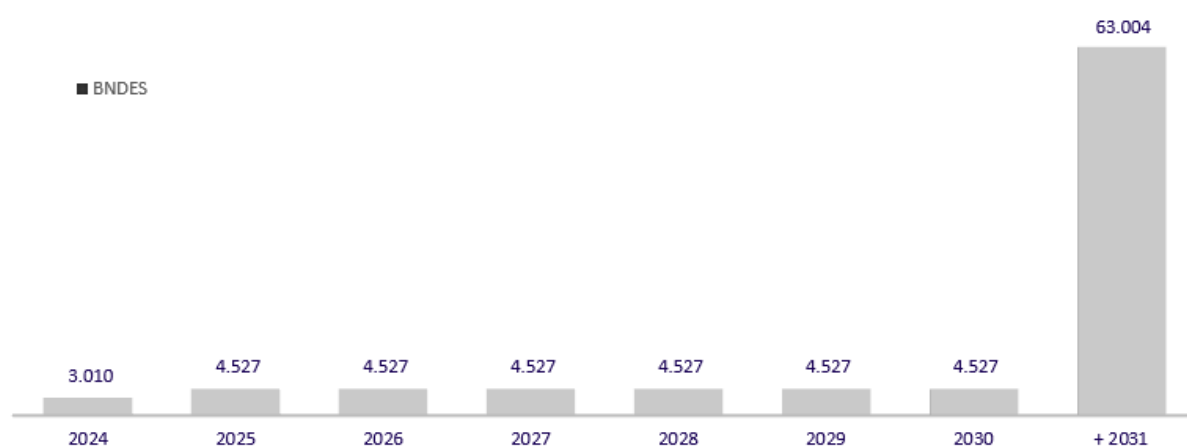
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

### (a) Composição

		2023								
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	IPCA + 3,65%	3.106	(96)	-	3.010	92.077	(1.911)	90.166	93.176	129.556
		<b>3.106</b>	<b>(96)</b>	<b>-</b>	<b>3.010</b>	<b>92.077</b>	<b>(1.911)</b>	<b>90.166</b>	<b>93.176</b>	<b>129.556</b>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;  
 IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

### (b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

### (c) Movimentação

	2023
Saldo no início do exercício	-
Captações	94.000
Atualização monetária	1.183
Adições dos custos de captações	(2.023)
Apropriações dos custos de captações	16
Saldo no final do exercício	<b>93.176</b>

**(d) Garantias**

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia Auren Energia S.A.; Contas reservas (i); Penhor de ativos e quotas; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

- (i) O contrato de financiamento da Sociedade possui como obrigação a conta reserva como garantia, que exige a manutenção do fundo de liquidez correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço de operação e manutenção. Em 31 de dezembro de 2023, a garantia não estava integralizada, mas com prazo limite para constituição total até 15 de abril de 2024.

**(e) Condições restritivas**

A Sociedade não está sujeita ao cumprimento de *covenants* financeiros, contudo, os contratos de financiamentos contêm *covenants* restritivos e cláusulas de vencimento antecipado.

A Administração da Sociedade monitora constantemente essas obrigações, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

**11 Partes relacionadas**

**Política contábil**

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Sociedade.

A Sociedade não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Serviços		Resultado financeiro (Nota 7)
	2023	2023	2022	2023	2022	2023	
<b>Outros créditos (i)</b>							
Ventos de São Vinicius Energia Renováveis S.A.	230	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Adeodato Energia Renováveis S.A.	230	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Agostinho VII Energia Renováveis S.A.	230	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Afonso Energia Renováveis S.A.	230	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alberto Energia Renováveis S.A.	230	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Casimiro Energia Renováveis S.A.	231	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Albertina Energia Renováveis S.A.	230	-	-	-	-	-	-
	<u>1.611</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Fornecedores - serviços</b>							
Votorantim S.A. (ii)	-	74	47	278	144	-	-
Auren Energia S.A.	-	2.566	-	2.566	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	114	-	114	-	-	-
Jaíba V Holding S.A.	-	498	-	498	-	-	-
CESP - Companhia Energética de São Paulo	-	325	-	325	-	-	-
	<u>-</u>	<u>3.577</u>	<u>47</u>	<u>3.781</u>	<u>144</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Mútuo</b>							
Auren Energia S.A.	-	116.455	-	-	-	-	(11.438)
<b>Dividendos a pagar</b>							
Auren Energia S.A.	-	-	46	-	-	-	-
	<u>1.611</u>	<u>120.032</u>	<u>93</u>	<u>3.781</u>	<u>144</u>	<u>-</u>	<u>(11.438)</u>

- (i) Rateio referente ao pagamento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST.

- (ii) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da controladora Votorantim, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades são reembolsadas à Votorantim com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Sociedade.

## 12 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social da Sociedade é representado exclusivamente por quotas de valor nominal e unitário de R\$ 1,00 que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social integralizado da Sociedade é de R\$ 71.452, (R\$ 26.451 em 31 de dezembro de 2022), composto por 71.451.000 (26.451.000 em 31 de dezembro de 2022) quotas de valor nominal e unitário de R\$ 1,00 integralmente detidas pela Auren, única quotista da Sociedade.

### (b) Reserva de lucros

(i) A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Sociedade apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

(ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Sociedade (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

### (c) Distribuição de lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Sociedade apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.424)	291
Absorção de prejuízo	147	(98)
(-) Reserva legal - 5%	-	(10)
<b>Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)</b>	<b>(10.277)</b>	<b>183</b>
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	-	46
<b>(=) Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>137</b>
(-) Retenção de lucros	-	(137)
	-	-

## 13 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

A Sociedade está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Sociedade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

### (a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.424)	428
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	3.544	(146)
Incentivo fiscal	-	24
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(3.450)	34
Outras adições permanentes, líquidas	(94)	(49)
IRPJ e CSLL apurados	-	(137)
Correntes	-	(137)
IRPJ e CSLL no resultado	-	-

## 14 Instrumentos financeiros e gestão de risco

### 14.1 Instrumentos financeiros por categoria

#### (a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da sociedade no reconhecimento inicial.

#### (i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

#### (ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

**(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

**(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Sociedade classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2023	2022
<b>Ativos</b>			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes		402	-
Ao valor justo por meio do resultado (i)			
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	49.876	10.380
		49.876	10.380
		<b>50.278</b>	<b>10.380</b>
<b>Passivos</b>			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (Nota 10) (ii)		93.176	-
Fornecedores		-	200
Partes relacionadas (Nota 11)		120.032	93
		<b>213.208</b>	<b>293</b>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido;

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12.

A Sociedade divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis)

## 14.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Sociedade, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Sociedade tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 5.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Sociedade no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às sociedades *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Sociedade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>					
Empréstimos e financiamentos (i)	5.678	15.908	15.643	103.117	140.346
Partes relacionadas	3.577	116.455	-	-	120.032
	<u>9.255</u>	<u>132.363</u>	<u>15.643</u>	<u>103.117</u>	<u>260.378</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
Fornecedores	200	-	-	-	200
Partes relacionadas	47	-	-	-	47
	<u>247</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>247</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

**(c) Risco regulatório**

As atividades da Sociedade são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

**(d) Risco socioambiental**

A Sociedade está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Sociedade realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Sociedade considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

**(e) Risco de mercado**

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Sociedade, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

**(i) Risco cambial**

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Sociedade busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

**(ii) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Sociedade ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Sociedade os quais são permanentemente monitorados.

### 14.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Cenário I	Impactos no resultado				
					Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros										
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa	49.876	BRLmil	-69bps*	(342)	(1.453)	(2.905)	1.453	2.905	
IPCA 4,62%	Financiamentos	95.183	BRLmil	38bps*	(362)	1.099	2.199	(1.099)	(2.199)	

(i) Valores não contemplam custos de captação.

\* *basis points*

## 15 Seguros

A Sociedade mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil geral. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024
RGC	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	Até agosto/2024

O prêmio total pago para a contratação do seguro acima mencionado é de aproximadamente R\$ 278 em 31 de dezembro de 2023